

# Lei Ordinária nº 958/1993

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 1994.

Prefeito Municipal de Camapuã: Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 16 de novembro de 1993

#### I - Do Orcamento Anual

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 1994, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta.

### II - Dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social

Art. 2º O conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de Cr\$ 964.600.000,00 (novecentos e sessenta e quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros reais).

Art. 3º A receita decorrerá da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00

FISCAL SEGURIDADE TOTAL

RECEITAS CORRENTES 758.800.000 - 758.800.000

Receita Tributária 104.100.000 - 104.110.000

Receita Patrimonial 700.000 - 700.000

Transferências Correntes	643.700.000	-	643.700.000
Outras Receitas Correntes	10 300 000	_	10 300 000

RECEITAS DE CAPITAL	205 200 000		205.800.000
NECELIAS DE CAFILAL	203.000.000	-	203.000.000

Alienação de Bens 200.00 - 200.000

Transferências de Capital 205.500.000 - 205.500.000

Outras Receitas de Capital 100.000 - 100.000

RECEITA TOTAL 964.600.000 - 964.600.000

Art. 4º A despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, fixado o orçamento fiscal em Cr\$ 899.949.000,00 (oitocentos e noventa e nove milhões e novecentos e quarenta e nove mil cruzeiros reais) e o orçamento da seguridade social em Cr\$ 64.651.000,00 (sessenta e quatro milhões e seiscentos cinqüenta e um mil cruzeiros reais).

Art. 5º A despesa do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observada a programação constante dos quadros anexos a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

## DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

R\$ 1,00

	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
Despesas Correntes	516.399.000	58.302.000	574.701.000
Despesas de Capital	381.450.000	6.349.00	387.799.000
Reserva de Contingênc	ia 2.100.000	-	2.100.000
TOTAL	899.949.000	64.651.000	964.600.000

#### FISCAL SEGURIDADE TOTAL

### PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal	56.023.000	477.000	56.500.000		
PODER EXECUTIVO					
Gabinete do Prefeito	24.919.000	-	24.919.000		
Secretaria de Administração					
e fazenda	153.022.000	3.451.000	156.473.000		
Supervisão Distrital	3.001.000	-	3.001.000		
Secretaria de Educação,□					
Cultura e Esportes	189.424.000	9.600.000	199.024.000		
Secretaria de Viação, Obras					
e Serviços Públicos	465.458.000	-	465.458.000		
Secretaria de Promoção Social					
e Saúde	6.002.000	51.123.00	57.125.000		
SUB-TOTAL	897.849.000 64	4.651.000	962.500.000		
Reserva de Contingência	2.100.000	-	2.100.000		
TOTAL	899.949.000	64.651.000	964.600.000		

# III - Disposições Gerais

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite fixado na Constituição Federal e legislação complementar.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 1994, a abrir créditos suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) do total da despesa constante dos orçamentos que integram esta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a IV, do § 1º, do art. 43, da

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Para atualização dos orçamentos dos Poderes Municipais, fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados

ao crescimento nominal da receita e excluídos do limite de que trata o artigo anterior.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas operação , nos financiamentos e nas alienações, ficando legislativamente autorizado a proceder todos os atos para perfeita representatividade do Município, na celebração de contratos, convênios, alienações e outros atos da competência do Executivo.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeito de Camapuã, 16 de novembro de 1993

Engº Hugo Bomfim

**Prefeito**